



## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 139/2026**

Institui o Programa Regulariza Sonora, para pagamento de débitos tributários e não tributários nas modalidades previstas, e dá outras providências.

Institui o Programa Regulariza Sonora, para pagamento de débitos tributários e não tributários nas modalidades previstas, e dá outras providências.



SONORA/MS, 01 de Abril de 2026

---

Poder Executivo  
Prefeito Municipal(a)



## PARECER JURÍDICO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL  
PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º139/2026

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: “INSTITUI O PROGRAMA REGULARIZA SONORA, PARA PAGAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS NAS MODALIDADES PREVISTAS , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

### I – O RELATÓRIO

O Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei supramencionado, o qual Institui o Programa Regulariza Sonora para Pagamento de Débitos Tributários e não Tributários nas Modalidades Previstas, justificando ser pela demanda dos próprios contribuintes, diante das modalidades financeiras, sendo que muitos tem interesse em regularizar os seus débitos junto ao fisco municipal.

Diz, ainda, que incluem-se os créditos de qualquer natureza, mesmo os inscritos na dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, dentre outros benefícios, porém com exceção dos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, conforme incisos I e II do art.4.º do referido Projeto de Lei Complementar.

A Adesão ao Programa é tratada no Art. 6.º ao Art.8.º e seus parágrafos e incisos; Do Parcelamento e do Pagamento, Art.9.º ao 16.º, com seus parágrafos e incisos; Das Fases e Cobranças de Créditos Tributários e não Tributários no âmbito Municipal, matéria tratada nos Artigos 17.º ao 26.º, com seus parágrafos e incisos. Da Celebração de Convênios para Cobrança de Dívidas Municipais, do Art.27, Art.28 e Art.29 e seus incisos e parágrafo único. E as Disposições Finais, tratadas nos Art.30 ao Art.34.

O Anexo I trata do Termo de Novação e Confissão de Dívida Tributária Municipal com Compromisso de Pagamento - Regulariza Sonora.

### II – PARECER E VOTO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, reunida para estudo e emissão de Parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º139/2026, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei Complementar n.º139/2026 encontra-se amparado pela Constituição Federal em vigor, sendo, portanto, constitucional.

Concluimos pela sua tramitação regimental, respeitando, porém, a decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das reuniões, 09 de abril de 2026.

Ver. Francisco Deuzimar Lima  
Presidente

Ver. Joaquim Cassiano Teixeira  
Relator

Ver. Weldisom Manoel Ramos  
Membro





## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

**Solicitação de parecer:** 10/04/2026 08:26

**Prazo:** 15/04/2026

**Comissão:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

**Status do parecer:** Em aberto



## PARECER JURÍDICO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º139/2026

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: “INSTITUI O PROGRAMA REGULARIZA SONORA, PARA PAGAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS NAS MODALIDADES PREVISTAS , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

### I – O RELATÓRIO

O Executivo Municipal encaminhou o Projeto de Lei supramencionado, o qual Institui o Programa Regulariza Sonora para Pagamento de Débitos Tributários e não Tributários nas Modalidades Previstas, justificando ser pela demanda dos próprios contribuintes, diante das modalidades financeiras, sendo que muitos tem interesse em regularizar os seus débitos junto ao fisco municipal.

Diz, ainda, que incluem-se os créditos de qualquer natureza, mesmo os inscritos na dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, dentre outros benefícios, porém com exceção dos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, conforme incisos I e II do art.4.º do referido Projeto de Lei Complementar.

A Adesão ao Programa é tratada no Art. 6.º ao Art.8.º e seus parágrafos e incisos; Do Parcelamento e do Pagamento, Art.9.º ao 16.º, com seus parágrafos e incisos; Das Fases e Cobranças de Créditos Tributários e não Tributários no âmbito Municipal, matéria tratada nos Artigos 17.º ao 26.º, com seus parágrafos e incisos. Da Celebração de Convênios para Cobrança de Dívidas Municipais, do Art.27, Art.28 e Art.29 e seus incisos e parágrafo único. E as Disposições Finais, tratadas nos Art.30 ao Art.34.

O Anexo I trata do Termo de Novação e Confissão de Dívida Tributária Municipal com Compromisso de Pagamento - Regulariza Sonora.

### II – PARECER E VOTO

A Comissão de Orçamento e Finanças, reunida para estudo e emissão de Parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º139/2026, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei Complementar n.º139/2026 encontra-se amparado pela Lei Orçamentária em vigor.

Concluimos pela sua tramitação regimental, respeitando, porém, a decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das reuniões, 09 de abril de 2026.

**Ver. Flávia Porto da Mota Vasconcelos**  
Presidente

**Ver. Hemerson Oliveira Grison**  
Relator

**Ver. Douglas Brasileiro da Silva**  
Membro





## COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**Solicitação de parecer:** 10/04/2026 08:38

**Prazo:** 15/04/2026

**Comissão:** COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**Status do parecer:** Em aberto

